

dico da legislação da época e com a presença de testemunhas respeitáveis.

O documento assinado a 5 de agosto de 1355, com recíproca concessão de ambas as partes, virou um melancólico capítulo da história de Portugal.

Foram perdoados os agressores de Inês de Castro (será?), prevaleceu o respeito à autoridade real, e a Justiça do reino passou às mãos de D. Pedro. Aliás, não lhe falara Isabel sobre justiça, mesclando aos interesses da Nação os valores espirituais?

Ressalte-se que a aplicação da justiça em seu reinado de dez anos — ainda que com excessos e arbitrariedades — foi sua maior preocupação, ao lado da paz, o que levou o cronista Fernão Lopes a dizer, a respeito, que tempos como tais nunca houvera em Portugal.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A profunda dor que se abateu sobre Inês de Castro e Pedro e seus previsíveis desdobramentos definiram nova realidade para Portugal.

Assinada a paz em Canaveses, formalizando-se a antecipação de poderes na importante área da justiça real, passou o infante a dividir as tarefas do reino com Afonso IV.

E vemos as dramáticas cores da tragédia esbaterem-se ao longo dos meses, e também desfalecer parcialmente em Pedro os ímpetos de revindita.

Voltaremos a falar sobre a saga que tanto comoveu a Pátria, sendo objeto mesmo de estudos, biografias, poemas de autores respeitáveis e da admiração do povo que incorporou Inês, ao lado da rainha santa, qual símbolo do profundo amor, apanágio da gente portuguesa.

Amor que é cantado em verso por Júlio Dantas, em sua belíssima peça, *A Ceia dos*

Cardeais, no depoimento do Cardeal Gonzaga, respondendo ao colega Rufo:

— Em que pensa, cardeal?

— Em como é diferente o amor em Portugal! Nem a frase subtil, nem o duelo sangrento... É o amor coração, é o amor sentimento. Uma lágrima... Um beijo... Uns sinos a tocar... Um parzinho que ajoelha e que se vai casar. Tão simples tudo! Amor, que de rosas se inflora: Em sendo triste canta, em sendo alegre chora! O amor simplicidade, o amor delicadeza... Ai, como sabe amar a gente portuguesa!

Nesse comenos, recordemos um pouco de história, o que nos servirá de cornija para a ênfase deste estudo inspirado na triste sina do amor de Inês dos tempos finais da Idade Média.

Apresentaremos apenas um rápido esboço, pois não é nosso objetivo tratar da História de Portugal.

Para consulta mais detalhada, fazem parte da Bibliografia alguns livros muito esclarecedores sobre o período histórico de Portugal que emoldurou o triste episódio descrito com as

tintas vivas da realidade nas páginas iniciais desta obra.

Os textos mais antigos que falam da formação de Portugal datam do século VI de nossa era, entretanto, os fatos são bem anteriores.

Havia na região os indígenas autóctones desde cerca de cem mil anos antes.

Posteriormente, três mil anos antes de Cristo, já no fim do período neolítico, praticamente coincidindo com o início das civilizações históricas, chegavam os iberos, que provavelmente vieram do Norte da África e deram o nome à Península.

Mais adiante, sem nos esquecermos da influência cartaginesa e grega, aportavam à Península, em torno de 600 a.C, os celtas, povo asiático de grande estatura, pele clara e loiros, vindos através das Gálias.

Miscigenaram-se com os iberos, surgindo assim os celtiberos, que alcançaram o início da era cristã, já constituindo uma civilização mais desenvolvida na Península Ibérica, com universalização da comunicação, dado que os celtas falavam língua indo-européia.

Nascia a Lusitânia, palco posterior de invasões que desaguam no jugo romano, sob Augusto, pouco antes do nascimento de Jesus.

Com a queda de Roma, as invasões bárbaras ainda incipientes se acentuaram, e os visigodos passaram a dominar a Península até a chegada dos sarracenos em 709 de nossa era.

A dominação árabe, subjugando os visigodos, empurrando-os para o norte da Lusitânia, gerou o início da chamada Reconquista, que viria a ser praticamente alcançada a 30 de outubro de 1340, às margens do Rio Salado.

Já afastados de toda a Península devido a sucessivas derrotas e então acantonados apenas em Granada, os árabes foram praticamente expulsos para o norte da África.

A expulsão ocorreu, apesar da importante ajuda do rei do Marrocos ao soberano sarraceno de Granada, graças à heróica participação de Afonso IV de Portugal.

Ainda que derrotados na batalha do Salado, os árabes mantiveram o poder sobre o reino de Granada, que passou a ser governado por monarquias sarracenas militarmente fracas e mais flexíveis aos interesses de Castela.

A Reconquista se concluiu definitivamente mais tarde, em 1492, com a intervenção dos reis católicos, Fernando e Isabel, que destituíram o monarca árabe de Granada, incorporando-a aos reinos de Aragão e Castela.

Pouco adiante, no início do século XVI — com a conquista de Navarra — delineou-se o reino de Espanha, reunindo todos os reinos da Península Ibérica, à exceção de Portugal.

Voltando ao período da dominação sarracena vemos o tempo passar com acentuadas mudanças na região, desde a invasão de 709 até o início do século XII.

Surgia o Condado Portucalense em substituição à Lusitânia, com grandes preocupações assinalando a vida de seus habitantes:

- As lutas contra a jamais aceita dominação sarracena, confrontos, aliás, presentes em toda a Península Ibérica.
- Constantes recontros com o reino de Leão, mais ao norte, pela posse da Galiza, região que os separava. A Galiza representou para o povo português

e para os espanhóis o que significaram, séculos mais tarde, as lutas intermináveis entre franceses e alemães, pela posse da Alsácia-Lorena, território hoje pertencente à França, sendo sua capital Estrasburgo, sede do Parlamento Europeu.

- A convivência não pacífica dentro do próprio Condado era uma realidade, pois a região se reorganizava do ponto de vista político e administrativo, com as desavenças internas que levariam pouco mais tarde à implantação da dinastia dos afonsos, de que cuidaremos a seguir, precedida como vimos por um reinado precário que englobava ao norte a Galiza e ao sul o Condado Portucalense.

A um desses reinados de transição, já em fins do século XI, chegavam dois nobres franceses de linhagem respeitável, Henrique e Raimundo.

O Conde D. Henrique, neto do fundador do primeiro ramo borgonhês dos capetos — Roberto, o Duque de Borgonha, irmão do rei

capeto Henrique I da França — é o precursor da dinastia dos afonsos, como veremos adiante.

Casou-se em 1095 com Tereza, filha bastarda do rei, recebendo como dote o Condado Portucalense.

O Condado de Galiza também foi entregue por dote ao outro nobre, Raimundo, que recebeu por esposa Urraca, a filha legítima do rei.

Com o Conde D. Henrique, começava a desenhar-se o Portugal de nossos dias.

As lutas pela expulsão do invasor árabe e os desentendimentos com o vizinho reino de Leão, sempre pela posse da Galiza, continuam até a formação da nacionalidade portuguesa, sob a nascente dinastia dos Afonsos, iniciada, em 1139, por Afonso Henrique, filho do conde D. Henrique e de Tereza.

À época em que ocorreram os fatos que descrevemos — cerca de 1350 — temos a Península Ibérica assim constituída:

- ao sudoeste, Portugal, abrindo-se para o Atlântico;
- ao noroeste e centro, com avançada extensão geográfica rumo do nordeste e sul da Península, o reino de

Castela (já englobando o reino de Leão e a Galiza, recuperada aos portugueses);

- ao norte: Navarra;

- ao norte e nordeste: Aragão, associado ao condado da Catalunha, banhado pelas águas do Mediterrâneo.

- e ao Sul, separado do norte da África pelo Mediterrâneo, próximo ao Estreito de Gibraltar, vigiado pelas colunas de Hércules, o reino de Granada, na região hoje ocupada pela Andaluzia.

Em resumo, a Península Ibérica era dividida entre portugueses e espanhóis, estes agrupados nos reinos supracitados, conforme observamos no Mapa de Burns:

Mapa de Burns - 1350



História da Civilização Ocidental

Edward Mc Nall Burns

3ª edição, 1974

Editora Globo - Porto Alegre

Da dinastia dos Afonsos destacamos, como envolvidos mais ou menos intensamente em nossa história:

- D. Dinis (1279 a 1325), o Rei-Poeta, esposo de Isabel de Aragão, nossa rainha santa;
 - D. Afonso IV (1325 a 1357), filho de D. Dinis e da rainha Isabel;
 - D. Pedro I (1357 a 1367), filho de Afonso IV e de D. Beatriz;
 - D. Fernando I (1367 a 1383), filho de D. Pedro I e de D. Constança Manoel.
- de 1383 a 1385... Aqui cabe um breve relato.

Foi um período de transição, sob a regência de Leonor Teles, viúva de D. Fernando I.

Numa decisão dramática para o futuro da nação portuguesa, D. Fernando assinou em 1383 o Tratado de Salvaterra de Magos, ratificado pelas cortes de Santarém, que, em linhas gerais, determinava o seguinte:

Quando ele falecesse — o que ocorreu em outubro daquele ano — Leonor seria regente do trono, e, pela ausência de filho varão, as coroas de Portugal e Castela, seriam cingidas por D. João I de Castela e D. Beatriz, filha de

Fernando e Leonor, que se casariam logo depois da assinatura do Tratado, conforme acordo nele estabelecido.

Após a morte de João e Beatriz, as coroas dos reinos passariam aos filhos do casal e, na sua eventual ausência, a sucessão ficaria a cargo da linhagem de descendentes apenas de Castela, subordinando-se, assim, Portugal ao reino vizinho.

Aproveitaram-se os mentores do Tratado de Salvaterra da grave enfermidade de D. Fernando I, pois o acordo determinava a união das coroas de ambos os reinos, com evidente privilégio para Castela.

Parece-me que aí ocorreu clara oposição ao espírito da antiga lei sálica de Clóvis, escrita no início da Idade Média e cujo objetivo era privilegiar os varões nos direitos sucessórios.

Protegia-se, desse modo, Beatriz, buscando-se inviabilizar a substituição de D. Fernando pelos herdeiros de D. Pedro I, fosse por um dos dois filhos de Inês de Castro, ou pelo Mestre de Avis, detentores de títulos de direitos que os credenciavam a postular a sucessão.

Todavia, as evidentes pretensões do rei de Castela em adjudicar a coroa portuguesa se esbateram na união da nobreza e do povo, empenhados na manutenção das conquistas sedimentadas desde os tempos do Conde D. Henrique, para a efetiva criação do Estado português.

O Mestre de Avis e seu condestável, D. Nuno Álvares Pereira, impuseram a D. João de Castela, apoiado por Leonor Teles e parte da nobreza lusitana, desde 1383 até 1385, sucessivas derrotas, cujo clímax foi a Batalha de Aljubarrota, pequena localidade próxima de Alcobaça, em 14 de agosto de 1385.

Inicia-se aí a dinastia de Avis ou joanina, com o longo e próspero reinado do Mestre de Avis, D. João I, filho bastardo, como já dissemos, de D. Pedro I e Teresa Lourenço, nascido em 1357, passados dois anos da morte de Inês de Castro.

A dinastia joanina se caracterizou pelas incursões marítimas do reino e consequente descobrimento do Brasil.

Voltando a D. Fernando, a bem da verdade, deve-se-lhe creditar, a despeito do questionado Tratado de Salvaterra, os méritos de im-

portantes realizações em seu reinado, visando ao desenvolvimento da agricultura, à ampliação do comércio de Portugal e ao incentivo à construção naval, com a utilização, para tanto, dos Pinhais da Leiria.

Nosso objetivo no livro é o período do reinado de Afonso IV e dos dez anos da presença real de Pedro I.

Enfatizamos em ‘E D. Afonso IV?’, o início de sua administração, com a presença de Isabel de Aragão, a rainha santa, e os tempos finais, em que se destaca o romance brutalmente interrompido entre D. Pedro e Inês de Castro e suas graves consequências para o reino.